

Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política

Interpretations of the meaning of June: class struggle, social movements, crowd, repertoires and political subjectivation

◆ Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e Vitória Neres Soares

RESUMO

O artigo comunica resultados da etapa bibliográfica da pesquisa a respeito das dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as dimensões educacionais das Jornadas de 2013 a partir das experiências políticas de jovens ativistas e militantes, em destaque a formação social e política suscitada pela participação nesses protestos. O artigo apresenta o levantamento e as interpretações de obras que fazem análises gerais sobre os sentidos de Junho, visando compreender melhor o processo histórico e fundamentar teoricamente a pesquisa em sua fase empírica. Entre os 146 produtos levantados, 26 foram classificados como análises gerais e aqui foram analisados. As interpretações se distribuem em cinco paradigmas ou teorias mais presentes: o marxismo, as Teorias dos Novos Movimentos Sociais, a teoria da multidão, o conceito de repertórios de contestação e o conceito de subjetivação política. Esses contribuíram significativamente na compreensão das dimensões da formação política e participação política nas Jornadas, tema principal da pesquisa. Destacam-se, desse trabalho, os repertórios políticos e a subjetivação política; entretanto, as demais teorias revelaram importantes contribuições. A identificação e análise dos repertórios mobilizados nas Jornadas contribui para entender a complexidade político-ideológica desses eventos, entre o autonomismo, o socialismo e o cidadanismo. A subjetivação política contribui para compreender as trajetórias escolares e políticas de jovens atuantes nas Jornadas, recriadas por um evento singular e marcado pelo dissenso.

Palavras-chave

Jornadas de Junho; repertórios de contestação; subjetivação política; marxismo; multidão.

ABSTRACT

The article communicates results of the bibliographic stage of the research regarding the educational dimensions of the June 2013 Journeys. The general objective of the research is to analyze the educational dimensions of the 2013 Journeys from the political experiences of young activists and militants, highlighting the social and political formation raised by the participation in these protests. The article objective is to survey and interpret works that sought to make general analyzes about the meanings of June, with the intention of better understanding this historical process and provide theoretical foundations for research in its empirical phase. The article distributes the interpretations into five more present paradigms or theories: Marxism, Theories of New Social Movements, multitude theory, the concept of contestation repertoires and the concept of political subjectivation. The paradigms and theories are analyzed as they can contribute to understanding the dimensions of political formation and political participation in the Journeys. The political repertoires and political subjectivation stand out, especially for better meeting the research objectives in its empirical phase; however, the others also have important contributions. The identification and analysis of the repertoires mobilized in the Journeys contributes to understanding the political-ideological complexity of these events, between autonomism, socialism and citizenship. Political subjectivation contributes to understanding the school and political trajectories of young people active in the Journeys, recreated by a singular event and marked by dissent.

Keywords

June Journeys, contestation repertoires, political subjectivation, Marxism, multitude.

Introdução

Este artigo se origina da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013”, cuja equipe é integrada por suas autoras e seus autores. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as dimensões educacionais das Jornadas de 2013, a partir das experiências políticas de jovens ativistas e militantes, em destaque a formação social e política suscitada pela participação nesses protestos. Este artigo comunica resultados da primeira fase da pesquisa, de caráter bibliográfico, a qual buscou conhecer como as pesquisas sobre as Jornadas de 2013 trataram das dimensões educacionais desse evento, no sentido amplo de educação, envolvendo pautas educacionais, formação política propiciada pela participação nos protestos e trajetórias escolares e políticas de ativistas e militantes.

Nele, apresentamos uma síntese a respeito das principais interpretações sobre os sentidos de Junho de 2013, sua contribuição nos debates sobre a importância histórica das Jornadas e especificamente na construção de hipóteses e categorias analíticas para orientar a pesquisa em sua próxima fase. Fase na qual realizaremos entrevistas com pessoas que, em 2013, eram ativistas e militantes de coletivos e organizações que mobilizaram os primeiros protestos das Jornadas, buscando conhecer e interpretar as influências da participação dessas nas Jornadas as contribuições dessa participação na formação política e nas trajetórias pessoais.

O artigo distribui as interpretações em cinco paradigmas ou teorias mais presentes nessas interpretações: o marxismo, as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a teoria da

multidão, o conceito de repertórios de contestação e o conceito de subjetivação política. E os analisa conforme suas contribuições para a compreensão das dimensões de formação política propiciada pela participação nas Jornadas.

Destacamos que, na construção da proposta da pesquisa, duas dessas teorias foram fundamentais: a subjetivação política segundo Jacques Rancière (1996; 2014) e, dentro do conceito de repertórios de contestação, a tese da centralidade do “cidadanismo” nas revoltas das praças dos anos 2010 segundo Paolo Gerbaudo (2017). Nesse sentido, testamos esses referenciais frente a interpretações que utilizaram outros paradigmas, verificando se continuam pertinentes, como podem ser enriquecidos no cotejo com outras teorias e como podem fundamentar a pesquisa empírica.

Metodologia

Os produtos aqui em análise foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica iniciada em maio de 2021 e atualizada ao longo de 2022.¹ Como resultados das buscas feitas nos portais do Scielo, CAPES e Google Acadêmico, foram levantados 142 produtos, entre livros, capítulos, teses, dissertações e artigos, distribuídos em cinco blocos, conforme suas possíveis contribuições aos objetivos da pesquisa.

O bloco classificado como “Análises gerais relevantes” é o que serviu de base para este artigo. Esse bloco se divide em dois sub-blocos: um, que interessa propriamente a esse artigo, com as análises gerais consideradas relevantes acerca de 2013 (25 produtos); outro, não tratado neste artigo, com pesquisas a respeito das Jornadas fora do eixo Sul-Sudeste (6 produtos).

Dos 25 produtos do sub-bloco “Geral”, 20 foram selecionados para documentação e foram distribuídos nas cinco categorias, principais paradigmas e teorias utilizados para interpretar as Jornadas, como apresentado na tabela 1. Cabe salientar que, no caso de dossiês, consideramos o paradigma ou referencial teórico predominante na classificação e que alguns produtos classificados em outros blocos vieram dialogar de modo incidental com os que selecionamos especialmente para este artigo.

¹Nos orientamos pelos procedimentos e princípios da pesquisa bibliográfica descritos por Lima e Mioto (2007).

Tabela 1 – Produtos do Bloco 1 selecionados para documentação, classificados em paradigmas ou teorias.

Paradigma ou teoria	n.	Descrição
Marxismo	6	Braga (2017), Calil (2013), Enfrentamento (2013), Ortellado (2013), OSAL (2013), Sanfelice (2014)
Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)	8	Castells (2017), Gohn (2014a), Gohn (2014b), Gohn (2015), Pensata (2013), Pleyers (2018), Scherer-Warren (2014), Cei et al. (2017)
Teoria da multidão	2	Cava (2013), Cava, Cocco (2014)
Repertórios de contestação	3	Alonso, Mische (2017), Gerbaudo (2017), Lima; Hajime (2018)
Subjetivação política	1	Parra (2013)
Total	20	

Fonte: Dados da pesquisa

Marxismo: bases materiais e luta de classes

O desafio interpretativo colocado pelas Jornadas de junho de 2013 foi rapidamente enfrentado por diferentes autoras e autores, incluindo quem se identifica com a perspectiva materialista histórica dialética ou simplesmente marxismo. Alguns dos textos levantados foram publicados já em julho de 2013, apenas um mês após os movimentos iniciais, enquanto outros são posteriores, mas não indo para além de 2017.

As produções levantadas dentro do contexto da pesquisa indicam duas vertentes explicativas nos marcos do marxismo: a que discute as Jornadas a partir do movimento do capital (crise econômica mundial e neoliberalismo) e a que enfatiza as lutas de classe. Destaca-se o esforço de Ruy Braga (2017), que busca sintetizar as duas explicações anteriores, ao tratar de 2013 como rebelião do precariado, em especial, do jovem precariado.

Há uma tendência, observada também em outros paradigmas ou teorias analisadas a seguir, de que as análises feitas no “calor da hora” sejam mais otimistas, enquanto a distância no tempo deixa as análises menos otimistas e mais intrigadas diante das supostas heranças de 2013. Outra diferenciação dentro das análises marxistas se relaciona à versão adotada do paradigma marxista, que se trata realmente de uma família ampla e complexa. Destacamos, aqui, a vertente do comunismo dos conselhos, do autonomismo e da sociologia do trabalho marxista.

A vertente do comunismo dos conselhos, derivada de ideólogos como Karl Korsch e Anton Pannekoek, atuantes nas revoluções comunistas europeias do início do século XX, orienta os textos reunidos na edição da Revista Enfrentamento (2013), feita ainda durante os levantes das Jornadas. Reúne o grupo em torno do professor da Universidade Federal de Goiás, Nildo Viana. Os textos constroem uma interpretação muito próxima ao calor dos acontecimentos e tendo o exemplo do movimento em Goiás, marcado por grande radicalidade e mobilizações populares nas periferias. Fazem uma leitura da luta de classes derivada das contradições econômicas do capital, debatendo o caráter

espontâneo ou organizado do movimento, assim como o potencial revolucionário ou não do evento, com atenção a ambiguidades e especificidades do movimento, que é considerado como policlassista.

Os textos de *Enfrentamento* (2013) tendem a uma linguagem típica de um marxismo clássico, que oscila entre a militância e a academia. Por exemplo, Maia (2013, p. 48) afirma categoricamente que a “A luta de classes no Brasil entrou num novo estágio”, reconhece sua legitimidade e seu efeito positivo sobre o imaginário da população. Seu ponto central, entretanto, é que essa não pode ser considerada o fim da luta; ela é instrumental, um meio para reunir pessoas e mostrar que a dita paz entre as classes não passa de uma falácia. Todavia, mesmo nessas duas dimensões mais potentes, existem contradições e o risco de apropriação das demandas mais urgentes pela dinâmica econômica e institucional.

O autor aponta, ao final, a necessidade daquilo que considera uma genuína hegemonia proletária na qual “os interesses de classe (imediatos e de longo prazo) do proletariado devem tomar a cena política” (MAIA, 2013, p. 48). Só assim “esta atual onda de protestos pode evoluir para uma onda revolucionária e a possibilidade de emancipação humana se colocará de forma mais clara alhures no horizonte.” (MAIA, 2013, p. 49)

Outro exemplo é o texto do próprio Viana (2013, p. 25), escrevendo ainda no calor dos acontecimentos. Sua preocupação é a de analisar o “significado das manifestações para a sociedade atual e suas possíveis consequências no processo de luta de classes a partir de agora.” Sua chave analítica e, ao mesmo tempo, objeto de compreensão, é a categoria “luta de classes”. Recorda a historicidade das manifestações e que “elas emergem como resultado do desenvolvimento capitalista, no qual o regime de acumulação integral (caracterizado pelo neoliberalismo, toyotismo e neoimperialismo) vem se desgastando e encontrando dificuldades crescentes de reprodução”. (VIANA, 2013, p. 25). O autor destaca a exploração intensificada do regime de acumulação, que contou com as políticas neoliberais e se fortaleceu com o que ele definiu como a “face neopopulista do Partido dos Trabalhadores” (VIANA, 2013, p. 26). Assim, a insatisfação existente, mas não manifesta com esse processo de exploração, encontra-se com a perda de legitimidade da “democracia representativa-burguesa”, num contexto de redução do crescimento econômico, corrosão do poder de compra do salário-mínimo e aumento da inflação. Nesse contexto, a eclosão das manifestações ocorre justamente tendo como pauta o aumento das passagens de um transporte coletivo já de má qualidade: “Segundo alguns cálculos, o gasto com tarifas de transporte significava em torno de 27% do salário-mínimo.” (VIANA, 2013, p. 26).

Segundo Viana, para entender o processo de luta de classes associado aos movimentos, é necessário não apenas reconhecer a heterogeneidade da composição dos movimentos, mas também perceber quais são suas principais tendências, ou seja, saber quem detém a hegemonia. Para ele, há,

assim como em outros movimentos da história recente, “uma hegemonia da classe dominante e de suas classes auxiliares, mas que não é tão sólida e nem é em todos os aspectos.” (VIANA, 2013, p. 29). A recusa dos partidos políticos, bem como a contestação da corrupção, seriam, para o autor, indicadores da inexistência de uma hegemonia burguesa bem como de uma “perda de legitimidade do Estado capitalista” (VIANA, 2013, p. 30). Essa ausência de uma hegemonia burguesa plena, entretanto, não torna o cenário da luta de classes menos nebuloso, em especial quanto aos seus desdobramentos. Nesse sentido, são elencadas três possibilidades de desfecho da luta de classes interna aos movimentos: 1) O refluxo das manifestações e volta à estabilidade, pelo menos por algum tempo; mesmo nesse caso, para Viana, a “luta de classes no Brasil [...] (possivelmente), estará num grau mais avançado a partir de agora” (VIANA, 2013, p. 31); 2) Diante da não eficácia dos movimentos em colocar diretamente os interesses das classes exploradas, a continuidade das manifestações poderia ter como resultado uma crise institucional com foco em reforma política e o surgimento de um novo “salvador da pátria”; 3) E, por fim, mas menos provável, segundo o próprio autor, a continuidade das manifestações levando à revolução social.

A segunda vertente do marxismo aqui arrolada é a que foi mais presente no próprio MPL (Movimento Passe Livre), ou seja, um autonomismo que deriva do encontro do neo-anarquismo com teorias marxistas autonomistas feitas na segunda metade do século passado, como a de Cornelius Castoriadis. Ela é representada por Pablo Ortellado (2013), cujo texto, também escrito no calor dos acontecimentos, guarda otimismo em relação a Junho. Ele sistematiza a experiência do MPL de São Paulo nas Jornadas, com análise mais focada no tema da tática e da estratégia da ação política, mas reconhece a multiplicidade de pautas e sujeitos de Junho.

Ao discutir os movimentos a partir da noção de luta de classes, Ortellado (2013) reconhece, assim como outras análises, que “as mobilizações de junho foram horizontais, apartidárias e baseadas na ação direta” (ORTELLADO, 2013, p 110) e que, nesse sentido, são semelhantes a eventos como o Occupy Wall Street e o Movimento 15M na Espanha. A peculiaridade do caso brasileiro estaria no fato de que havia, pelo menos em seu início, uma demanda concreta, no caso, a da redução de 20 centavos nas tarifas de ônibus e metrô.

Segundo Ortellado, foi justamente essa característica que permitiu ao movimento construir uma estratégia clara e que se mostrou bem-sucedida, sem prejuízo para a horizontalidade e a criatividade contracultural típica dos outros novos movimentos. A principal contribuição do autor talvez esteja na sistematização que ele faz das “lições” aprendidas com os processos e resultados das mobilizações, sobretudo o MPL, de Junho de 2013, no Brasil, com destaque para a potência estratégica do legado, bem como sobre sua ambiguidade. Para o autor, o movimento “obteve

legados opostos: de um lado, a explosão de manifestações com pautas generalizadas e sem foco em resultados; do outro, a luta contra o aumento das passagens de ônibus e metrô impulsionada pelo Movimento Passe Livre, com profundo senso tático e estratégico” (ORTELLADO, 2013, p. 116).

Apesar do efeito não planejado e esperado de desencadear manifestações difusas, o legado mais importante dos protestos de Junho de 2013 foi uma vitória dupla: a primeira foi a de reduzir os preços das passagens e trazer para o debate público a questão do transporte público gratuito, estratégia essa que visava a um resultado bastante claro; já a segunda foi o legado de não apenas trazer “um novo paradigma para a luta social no Brasil, mas um modelo para movimentos em todos os lugares que combina a política horizontal e contracultural dos novos movimentos com um senso maduro de estratégia.” (ORTELLADO, 2013, p. 116).

Finalmente, temos sociólogos do trabalho marxistas que fizeram suas reflexões sobre as Jornadas, inclusive durante o próprio ano de 2013, como Ricardo Antunes (2013) e Ruy Braga (2013, 2017). Os autores se aproximam nos conceitos mobilizados e na análise das contradições econômicas que afetam as classes trabalhadoras brasileiras nas reconfigurações do mundo do trabalho no início do século XXI. Mas Braga é mais otimista nas análises das Jornadas, vistas como tendo sua força propulsora e núcleo significativo o jovem precariado urbano.

Ruy Braga (2013) vinha chamando a atenção, mesmo antes das manifestações de Junho de 2013, para temas como a reestruturação produtiva capitalista, a mundialização do capital e a nova configuração do proletariado, com o aprofundamento da precarização das condições de trabalho contemporâneas. Em seu artigo de 2013, Braga produz de fato uma bela crônica na qual apresenta uma cronologia descritiva dos eventos a partir de seu próprio olhar e experiência política, integrando-a com as análises que já vinha amadurecendo sobre a centralidade da noção de precariado para compreender os movimentos de contestação que eclodiram de forma mais ou menos simultânea no Sul Global.

[...] o “precariado” brasileiro, ou seja, aquela massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados, foi para as ruas em junho manifestar sua insatisfação com os rumos atuais do modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico (BRAGA, 2013, p. 57).

Partindo da distinção de classe presente, consolidada na teoria marxista, Ruy Braga refina a análise ao colocar a lupa sobre um tipo específico de trabalhadoras e trabalhadores que sofrem espoliação. Nesse sentido, produz uma síntese instigante entre as mudanças nas bases materiais de vida (neoliberalismo, espoliação, pós-fordismo) e o surgimento de algo novo, o precariado em

busca de direitos sociais, uma especificidade dentro da classe trabalhadora, o que lança uma nova luz sobre a compreensão do papel e da forma como a luta de classes pode ser pensada para compreender os sentidos dessas manifestações.

No que se refere às expectativas em relação ao futuro das manifestações, Braga defende a necessidade de “uma articulação orgânica entre os setores mais jovens, mais precarizados, desorganizados e politicamente inexperientes dos trabalhadores e os setores tradicionais da classe operária” (2017, p. 59), enquanto se evita a redução das lutas à mera “estetização vazia da política”, como no caso dos “Black Bloc”, o que afastaria a maioria das classes trabalhadoras das manifestações.

Há outros autores marxistas que refletiram sobre Junho, como o historiador da educação Sanfelice e o filósofo Paulo Arantes. Destaca-se o trabalho de Arantes, que, entre outras importantes reflexões, complementa e até aprofunda a tese de Ruy Braga, em seu texto “Depois de junho a paz será total” (2014). Arantes destaca o grande número de jovens que foram às ruas em 2013 e que vinham das classes populares, vivendo em condições duras e precárias, mas que eram estudantes da Educação Superior privada. Para ele, haveria nas ruas “[...] um novo e jovem proletariado de escolaridade mais alta que a renda [...]” (ARANTES, 2014, p. 420). Nesse texto, o autor está mais interessado no que as Jornadas podem revelar sobre “o novo tempo do mundo”, o espírito do tempo presente, calcado em uma forma perversa de capitalismo alimentado por uma ideologia neoliberal regressiva e protegida por um Estado crescentemente repressivo, que tem reduzido a distância entre o bélico e o policial. O enfrentamento a essa forma de capitalismo se constrói, segundo Arantes (2014), a partir da insurgência que aparece em Silvio Mielli, de certa forma roubando o termo criado pelos adversários – defensores do Estado repressivo neoliberal – para denominar o antagonista difuso (no limite, toda a população pode ser tratada como insurgente).

A apresentação dessas interpretações de 2013 desde o viés marxista indica que o marxismo originário, e, na verdade, o próprio marxismo ou marxismos do século XX, possuem algumas questões e categorias que lhes são caras e mesmo constituintes que parecem ao menos em parte inadequadas para interpretar as Jornadas, entre elas: a categoria da luta de classes em seu sentido clássico; e o debate sobre o caráter revolucionário ou não de Junho. A luta de classes parece escorregar em seu sentido estrito diante de um movimento policlassista, enquanto as Jornadas parecem um movimento que pouco pode ser compreendido desde o ponto de vista da superação da sociedade vigente de forma revolucionária; temos em 2013 um movimento originado de pautas defensivas (em torno das tarifas e das denúncias das obras para os megaeventos), cujas motivações partem da luta por direitos sociais e vão congregando a indignação diante de certos aspectos do

sistema político (corrupção e fragilidade da democracia representativa).

Entretanto, o marxismo mantém sua potência ao nos alertar sobre a importância da dimensão material ou econômica (a “infraestrutura”) para a compreensão das lutas sociais, demonstrando a relação entre o ciclo de protestos dos anos 2010 e a crise do capitalismo global iniciada em 2007-2008. Essa crise reforça a exploração e a espoliação das classes populares, quando o capital busca recuperar seus níveis de acumulação, por meio do avanço da privatização dos bens comuns e da configuração de novas formas de extração de valor do trabalho, acarretando a piora das condições de vida das classes trabalhadoras, em destaque, jovens do precariado.

Teorias dos Novos Movimentos Sociais: cultura, identidade e comunicação

Guarda relevância, entre as análises de 2013, aquelas que derivam do legado das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), corrente desenvolvida desde os anos 1970 com o objetivo de compreender movimentos que se organizam e constroem pautas a partir de outras identidades sociais, para além da classe social e da nação (a primeira, enfatizada pelo marxismo; a segunda, reconhecida pelo mesmo). Assim, considerando as identidades, gênero, raça, etnia, orientação sexual e território, destacam pautas como o combate ao machismo, ao racismo e à discriminação pela orientação sexual, a defesa do ambiente, dos direitos da mulher, das políticas afirmativas, à segurança alimentar, à qualidade de vida etc.

Em uma tese já clássica, que, de um modo ou de outro, orientou as demais TNMS, que se desenvolveram muito na Europa Ocidental e na América Latina, Alain Touraine (2012) preconiza que os novos movimentos sociais demonstram o deslocamento do econômico ao simbólico-cultural na modernidade tardia, o que Jasper (2016) vai considerar como uma nova forma de determinismo – do econômico do marxismo ao cultural pelas TNMS. Considerando correta ou não a avaliação de Jasper, o certo é que as TNMS chamam a atenção sobre a importância das identidades sociais – em sua diversidade – e das dimensões simbólico-culturais da sociedade moderna; sobre este último aspecto, a obra de Melucci (1997) destaca os mecanismos produtores e legitimadores dos símbolos, e Castells (2017) as tecnologias de informação e comunicação.

Superado o contexto da Guerra Fria e com o fim das ditaduras militares e civis na América Latina, anos 1970 e 80, os novos movimentos sociais reemergiram como força de oposição ao capitalismo em sua fase global e suas consequências nos diferentes aspectos da vida. Esses novos movimentos sociais apresentaram suas pautas tanto renovadas como em novas configurações, ganhando mais espaço político e representatividade, especialmente a partir dos anos 2000. Para

Gohn (2014a), no Brasil, há um elemento novo que estimula o surgimento deles, que é a chegada ao poder de partidos de “esquerda”, que amplia a participação institucionalizada da sociedade civil em conselhos, câmaras e fóruns, mudando as formas de associativismo, com redes focadas em projetos de geração de renda, socioculturais e educativos. No entanto, tais movimentos convivem com novos movimentos nascidos nos anos 2000, em meio ao processo de renovação da participação social. Nesse contexto, nota-se também a entrada de lideranças populares nos espaços de poder, ocupando cargos, o que, ao mesmo tempo que assegura avanços em políticas públicas, enfraquece os movimentos sociais. Inicia-se, assim, uma crise de representatividade dos partidos políticos, ao ponto de termos inúmeros levantes populares em países governados pela esquerda.

Gohn (2014b) destaca, ainda, que as manifestações de Junho de 2013 no Brasil expressam uma mudança nas lutas internacionais, que passam da alterglobalização – movimentos de oposição à ideologia neoliberal da globalização – para o antiglobalismo, que foca os efeitos locais das políticas neoliberais ligadas à vida cotidiana, como o reajuste da tarifa de ônibus ou remoção de famílias para obras dos megaeventos. Segundo ela, esse movimento cria novos processos de lutas.

Nesse cenário, um novo elemento surge e ganha espaço na sociedade como um todo, a rede mundial de computadores. Segundo Manuel Castells (2017, p. 193), a partir de então, os “movimentos são simultaneamente locais e globais”, abrindo espaço para novas interligações entre os movimentos sociais, conectando e ampliando as pautas, identidades e suas estratégias de mobilização. Ele vai além, ao afirmar que a “sociedade em rede tem poder multidimensional e redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder” (CASTELLS, 2017, p. 22). E, nesse ambiente da Internet, no início do século XXI, as redes sociais são utilizadas como ferramenta de mobilização social, e com ela novos movimentos sociais surgem, multiplicam-se e pautam debates nacionais, como vimos em Junho de 2013 no Brasil. Castells destaca ainda que o legado mais forte desses movimentos em rede é a projeção de uma nova forma de democracia, ao construir um “apelo a novas formas de deliberação, representação e tomada de decisão na política” (2017, p. 243).

Segundo Players (2018), esse novo destaque das tecnologias de informação e comunicação obrigam a um rompimento com o conceito tradicional de movimento social, bem como dos seus clássicos modelos de análise. Um exemplo disso são as organizações constituídas nas redes sociais, para as quais a comunicação é mais do que uma ferramenta, ainda que não substituam as ruas e praças. Basicamente, teria sido o que vimos no Brasil em 2013, quando muitas pessoas, a partir das redes sociais, foram às ruas.

Diante dos movimentos dos anos 2010, incluindo Junho de 2013, no Brasil, quem se orientou em sua análise pelas TNMS não teve dificuldade de perceber a simultaneidade desses

protestos. Estamos diante de uma nova onda de movimentos, como já havia ocorrido na história, por vezes articulados (como o movimento antiglobalização), por vezes não (como em 1968). Em relação ao movimento antiglobalização e a 1968, as revoltas dos anos 2010 ficam em uma espécie de meio-termo, pois eram bem mais nacionais e voltadas para si mesmas que as do movimento antiglobalização, mas sem a despreocupação que cada movimento nacional de 1968 guardou em relação aos demais. Parece valer o esforço de Castells (2017), que busca atualizar as TNMS a partir de sua teoria da sociedade em rede: ele será um analista otimista dos protestos dos anos 2010, interpretados como movimentos em rede em seu duplo sentido – rede de movimentos e movimentos que se articulam por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente as redes sociais da Internet.

Autoras e autores do Brasil, como Gohn (2014a, 2014b) e Scherer-Warren (2014), vão destacar essa potencialidade das TNMS para compreender 2013: a centralidade da dimensão simbólica e comunicacional, certificada pelo uso das redes sociais da Internet. Mais vacilante, entretanto, é a análise de 2013, e do próprio ciclo de protestos dos anos 2010, a partir da noção de identidades sociais. Tal abordagem parecia plausível para a análise do movimento antiglobalização, a ponto de Pleyers (2018) buscar atualizar a TNMS a partir das experiências políticas do que chamou de alter-ativismo. Mas as TNMS parecem escorregar diante do fenômeno da multidão heterogênea ou múltipla, tornando outra análise concorrente do movimento antiglobalização, a teoria da multidão de Michael Hardt e Antonio Negri, aparentemente mais adequada para compreender as Jornadas.

Teoria da multidão

A teoria da multidão é a expressão que usamos aqui para tratar da aplicação das ideias desenvolvidas por Michael Hardt e Antonio Negri (HARDT, NEGRI, 2001, 2005) na trilogia iniciada em 2001 com “Império”, especialmente na obra “Multidão” de 2005, em produtos aqui analisados sobre as Jornadas de Junho de 2013. A trilogia tem início ainda no auge do movimento antiglobalização, buscando interpretar e dar um sentido ao ciclo de protestos que logo perderia seu impacto inicial. Hardt e Negri buscam compreender os novos sentidos assumidos pelo capitalismo na era do “Império” – forma como interpretam a globalização – e a constituição de um novo proletariado, em torno de uma nova forma de valorização do capital – a partir do conhecimento, dos afetos e das relações –, buscando fazer uma releitura do próprio marxismo.

A reação e resistência ao Império se dão na forma de rebeliões da multidão – em diversas

versões, que vão do êxodo à insurgência, passando pela ocupação de espaços, tornados “comuns”. (HARDT, NEGRI, 2016). A trilogia faz um intenso diálogo com o pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze, reconhecendo o caráter de acontecimento das rebeliões da multidão – ou seja, de imponderabilidade, contingência e irreducibilidade – e combinando certa linguagem apocalíptica herdada do marxismo com uma profusão de metáforas, em imagens grandiosas e irônicas inspiradas pelo pós-estruturalismo.

Para autoras e autores sobre as Jornadas que tratamos neste item, Junho de 2013 aparece como um excelente caso para a aplicação das ideias de Hardt e Negri, especialmente a respeito da multidão. As Jornadas são tratadas novamente como parte de um ciclo global de protestos que dá continuidade ao movimento antiglobalização, como novo capítulo das revoltas da multidão – na qual ganham importância os heterogêneos setores do novo proletariado do conhecimento e do afeto – contra os desmandos das elites do Império e suas táticas oriundas do estado de guerra permanente. A linguagem oscila constantemente entre a análise conceitual e o apelo a metáforas, ora grandiloquentes, ora irônicas, no esforço de captar pelo literato o que foge do estritamente acadêmico, a saber, o caráter de acontecimento de 2013.

Destacam-se as coletâneas organizadas por Giuseppe Cocco e Bruno Cava (CAVA, 2013; CAVA, COCCO, 2014), que se centram nos eventos de 2013 no Rio de Janeiro. Apesar das considerações críticas que serão feitas à aplicação da teoria da multidão às Jornadas, é importante, desde já, afirmar que, entre a miríade de eventos no Brasil em 2013, os acontecimentos no Rio de Janeiro parecem os que melhor cabem na definição e na imagem da multidão: coalizão informal e instantânea de uma heterogeneidade de sujeitos e motivações (greve de docentes, jovens denunciando a corrupção do governo estadual, movimentos das comunidades contra a violência policial, indígenas resistindo às obras no Maracanã etc.); violência desmedida das forças de repressão combinadas a diferentes formas de criminalização do movimento pelos poderes do Estado; e aparente espontaneidade das manifestações, que reforçariam a surpresa diante da força desse acontecimento, no sentido dado por Deleuze e Guattari (1992). Escritas muito próximas ao calor dos eventos, os textos são otimistas e constantemente laudatórios em relação à potência da multidão nas Jornadas no Rio de Janeiro.

Em todos os produtos arrolados neste item, o conceito de multidão foi tratado como um “sujeito” revolucionário, não unificado, plural e múltiplo, formado por singularidades cooperativas, não unificadas e não redutíveis a uma uniformidade (HARDT, NEGRI, 2005). Todavia, uma análise mais detida a partir de texto de Antônio Negri (2004) permite-nos compreender diferentes nuances dessa noção, quando percebemos que o conceito de multidão transita em relação a diversas formas

conceituais: multidão como imanência, como um conceito de classe e como uma potência.

Seguindo essa linha, os produtos em análise nesta seção do artigo convergem em direção à teoria da multidão, utilizada para interpretar as Jornadas de 2013. Toledo (2014, p. 42) nos parece muito elucidativo nesse ponto:

Quando a multidão tomou as ruas, trouxe consigo uma lava fumegante, feita de medo, euforia, esperança, ceticismo, mas, acima de tudo, desejos. Quase imediatamente, a insurgência foi acusada por suas faltas: falta de consciência política, militância (ou militantes), pautas, bandeiras, partidos, enfim, todos aqueles aparatos e marcas das tradicionais campanhas... Evidentemente, as ausências existem. Ou em termos mais generosos, algumas ausências são sentidas. Contudo, a crítica é indevida, e justamente porque ela é formulada no exato momento da incandescência, em que tudo o que havia estava naquela presença maciça e ruidosa. O que os críticos não se dão conta, é que o próprio fato monstruoso vale sua presença e é capaz de rasgar o presente para engajar processos constituintes. A mistura nas ruas era em si mesmo o evento e só ele é capaz de dar as condições para o aparecimento de algo novo. Multidão contagiando a si própria, experimentando formas de espreitar as possibilidades e de se constituir afinal como multidão.

Multidão, espaço público, rua insurgência, disputa política e ação social configuram o tempo espaço do acontecimento. Nesse sentido, temos a multidão apresentada pela sua auto-organização, retroalimentação e potencialmente construtora do novo. Mas já temos no excerto um exemplo de algo recorrente nos produtos analisados, derivado da própria trilogia de Hardt e Negri: uma linguagem repleta de metáforas e imagens fortes, tentando não apenas descrever um conceito e analisar um fenômeno, mas captar algo para além do estritamente intelectual e que faz de movimentos como o de 2013 um “acontecimento” no sentido mesmo do pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze – algo imprevisível, contingente, irreduzível e aberto.

Aproximando as diferentes dimensões que explicitam Michael Hardt e Antônio Negri (2005), nomeando, a partir do conceito de multidão, o sujeito das jornadas de 2013 e inscrevendo sua compreensão no marco das novas condições da dinâmica social, Cava (2013) apresenta o ocorrido da seguinte forma:

Era uma multidão intempestiva, heterogênea, sem representação ou transcendência. Uma multidão que se forma na luta. Nela, os pobres (jovens, mulheres, negros, favelados, índios, informais) lutam enquanto tais, mantendo-se diferentes e cooperando entre si. Nas jornadas de junho a outubro, a multidão se fez tendo como figura central o “pobre” que aparece em toda a sua potência (CAVA, 2013, p. 75).

Situando no marco do diverso, identificando diferentes identidades, mas sem atribuir o foco a essas, Cava (2013), assim como Toledo (2014), numa tacada só, apresentam todas as características indicadas por Negri (2004) em relação ao significado do conceito de multidão nas Jornadas: heterogênea, transcendente e potente. Todavia, ao apresentarem a heterogeneidade dos

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; |88
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares

participantes, os autores a reconhecem como diversidade composta de diferentes identidades que, mesmo preservando suas especificidades, confluem na composição da multidão, que, portanto, não é redutível a uma identidade comum.

Segundo Cava (2013), o caráter transformador da multidão reside na potência do todo que é formado, apesar dela ser composta de identidades que atuam de forma irreduzível. Dessa forma, independentemente de serem os participantes “jovens, mulheres, negros, favelados, índios, informais”, entre outros, não é a especificidade das bandeiras que constitui a multidão, mas a organização de um todo mobilizado pelas pautas gerais de uma insatisfação coletiva, que revela, para além das diferentes facetas das lutas, a produção de alternativas de vida.

Essa multidão, que se retroalimenta e autogoverna o cotidiano, produzindo a democracia de fato na qual todos tomam parte, demarca o limite do não aceitável e da indignação frente a uma realidade opressora. Revela-se, pela ação e na relação com o todo, a produção de si num trabalho vivo do tempo e do espaço para todas e todos, ou seja, o tempo-espaço da democracia auto-organizada.

Nascimento (2014), ao tratar da multidão como imanência, explicita que:

[...] trata-se da forma democrática que pode assumir a multidão, a denominação de uma multiplicidade de singularidades. Na relação entre as diferentes formas de estar no mundo e se expressar constituem-se questões comuns e, mais do que isso, podem constituir-se novas possibilidades e, a partir delas, dinâmicas de constituição de um comum que não tem que ver as noções tradicionais de comunidade ou do público, mas “baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção” (Negri, Hardt, 2005). (NASCIMENTO, 2013, p.100).

Ainda em seu artigo, Nascimento (2013) nos traz outra abordagem interessante desse conceito, quando que diz que:

O levante proporcionou que o asfalto olhasse a favela para além dos estereótipos e preconceitos. Muitos do asfalto, na luta, descobriram e se integraram à favela, trocando conhecimento/saberes e vendo que há vida, que se trata de sujeitos e não coisas, e que nessa troca é possível construir novas formas de vida, novos sentidos. No levante da multidão, a favela foi descoberta pela dor, mas também por sua força e coragem. [...] De junho a novembro, travamos uma luta por uma nova cidade, por novas formas de vida (NASCIMENTO, 2013, p. 85).

Operando o conceito de multidão dessa forma, o autor explicita, a partir do interior do movimento que acontecia, que, apesar da presença da diferença entre favela e cidade na manifestação, foi possível experimentar a suspensão dessa dicotomia, porque os sujeitos se

orientaram por um objetivo comum e pela reciprocidade. Essa superação de uma dualidade tradicional, ainda que de forma momentânea, possui uma relevante dimensão educativa.

Observando o fenômeno a partir de um olhar progressivo, sistematizado e distanciado, temos aprendido, e construído a compreensão dos seus diversos sentidos e significados. Havia, no contexto, uma insatisfação com os rumos tomados pelo governo federal, em sua malograda política neodesenvolvimentista em favor de grandes obras de infraestrutura e incentivo à indústria nacional. Ela aparece como insatisfação com os limites das políticas sociais, que representavam antes um paliativo frente ao aprofundamento da precarização do trabalho, associada a uma ideologia de responsabilização individual pela própria condição socioeconômica, processos característicos do neoliberalismo.

Esse contexto criou as condições necessárias para a mobilização de milhões de pessoas das mais diversas origens e com as mais diversas reivindicações. Essas, como propostas por Negri (2004) e Negri e Hardt (2005), configuraram a multidão que promoveu os protestos do que chamamos Jornadas de 2013. Esse fenômeno, se, de um lado, possibilita nomear as identidades específicas da diversidade constituinte da multidão, de outro lado, no interior do fenômeno Jornadas, torna-se irreduzível a uma identidade específica.

Entretanto, há limites importantes no conceito de multidão para plena compreensão do que foram as Jornadas de 2013. Nesse sentido, a perspectiva indicada por Gerbaudo (2017), melhor debatida abaixo, é muito relevante.

Subjetivação política e repertórios de contestação

Na constituição do projeto da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013”, as referências teóricas oriundas da filosofia política de Jacques Rancière (1996) foram fundamentais, em especial a sua definição de política como dissenso e a categoria da subjetivação política. Tais referências vinham fundamentando, inclusive, pesquisas anteriores da equipe a respeito de outros movimentos com ampla participação de jovens no Brasil, nas quais se buscava compreender como a experiência radical de participar de protestos coletivos poderia influenciar a formação política e as trajetórias de vida de jovens.

A subjetivação política é o termo usado por Rancière (1996) para se referir ao momento da constituição de sujeitos políticos durante o dissenso, que é, para ele, o verdadeiro momento da política. No dissenso, formam-se tais sujeitos coletivos constituídos sobretudo por pessoas oriundas de categorias excluídas ou tidas como inferiores pela “partilha do sensível” dominante, mantida

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; [90
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares
pelas instituições “policiais” de controle, repressão e gestão.

A subjetivação política não afirma identidades específicas, ao contrário, é um processo de desidentificação que afasta ou desloca os sujeitos de suas funções ou posições sociais pressupostas, pois ela se fundamenta na igualdade primordial de fala e ação entre todos os seres humanos. O momento contingente e imprevisível da política como dissenso é o da afirmação da igualdade política, constituindo sujeitos coletivos provisórios e rompendo ou alterando as linhas que dividiam desigualmente as pessoas na ordem policial dada.

A noção de subjetivação política e a política como dissenso de Rancière parecem guardar grandes possibilidades de análise das Jornadas. Todavia, elas não foram usadas, até agora, de modo tão prolífico nas análises das Jornadas, ao contrário dos paradigmas e teorias analisadas nos itens anteriores. Nos produtos selecionados no Bloco “Geral”, aparece apenas uma vez (PARRA, 2013). Em outros blocos, tem certa presença, mas também minoritária, como em Portugal (2016). Portugal (2016) alude às noções de subjetivação e dissenso, mas destaca de Rancière o conceito de partilha do sensível; esse conceito opera tanto no nível do político quanto da estética, tratando da maneira como são ficcionalizadas as fronteiras que definem quem pode e quem não pode atuar de modo legítimo nos debates públicos e nas tomadas de decisão.

Por sua vez, Parra (2013) coteja a teoria da multidão com a filosofia política de Rancière – diferente da interpretação feita neste artigo, que prefere destacar as diferenças entre as duas concepções. Para Parra (2013), a subjetivação política propiciada pelos coletivos autonomistas que deram início às Jornadas e foram responsáveis por alguns de seus momentos mais radicais e progressistas, associa-se à luta e à constituição dos “comuns” – meta proposta pelos autores de *Império*.

Nossa interpretação prefere distanciar a teoria da multidão da noção de subjetivação política de Rancière, mesmo reconhecendo que ambas as correntes partem de reinterpretções bastante heterodoxas do marxismo e debatem – especialmente Hardt e Negri – com o pós-estruturalismo, além de, a partir da filosofia política, recolocarem o contingente e o imprevisível no centro das análises. Mas, para pensar as diferenças entre essas correntes, inspiramo-nos em autor que também foi fundamental para a elaboração da proposta da pesquisa, Paolo Gerbaudo (2017), em sua interpretação a respeito do ciclo de protestos dos anos 2010, as “revoltas das praças”, entre as quais ele inclui as Jornadas de 2013 no Brasil.

Gerbaudo (2017) faz uso efetivo da noção de repertório de protesto, mesmo sem assumir explicitamente a adesão à teoria do processo político de Charles Tilly e Sidney Tarrow.

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente

deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (TILLY apud ALONSO, 2012, p. 26).

A análise de Gerbaudo (2017) trata da presença do neo-anarquismo (ou autonomismo, revigorado pelo movimento antiglobalização da virada do século XX ao XXI) e de um reatualizado “populismo democrático radical” – ou “cidadanismo” – nas revoltas das praças. Apesar de o fazer sem aprofundamento, Gerbaudo (2017) debate sobre a relativa inadequação da teoria da multidão de Hardt e Negri (2001) para a compreensão da revolta das praças. Para ele, o ciclo de protestos dos anos 2010 fazia uso de heranças organizacionais do autonomismo ou neo-anarquismo do movimento antiglobalização, mas tais heranças estavam a serviço, sobretudo, de conteúdos ideológicos melhor caracterizados como populismo democrático radical, em uma nova versão que ele batiza de cidadanismo. O neo-anarquismo do movimento antiglobalização poderia ser lido como uma coalizão de identidades rebeldes e insatisfeitas com o capitalismo global, que conservavam suas especificidades na composição multicolorida dos protestos contra os eventos da elite financeira e política global. Contudo, segundo Gerbaudo (2017), as revoltas das praças reconstróem a noção de povo e popular, por exemplo, como uma unidade dos “99%” contra as elites do poder e das finanças, como bem expressou o movimento Occupy Wall Street.

O próprio Gerbaudo, ainda que brevemente, indica a pertinência das noções de política como dissenso e de subjetivação política – como a afirmação da igualdade entre todas as pessoas, mas desde a afirmação das que são mais oprimidas e excluídas – para compreender o cidadanismo. Se a multidão remete à coalizão das múltiplas identidades, a subjetivação política referenda a igualdade primordial entre todas e todos, revelada sobretudo pelo dissenso promovido por quem o poder “policial” deseja manter fora da comunidade política. Teria se constituído, na convergência entre o repertório neo-anarquista e o populismo democrático radical, a lógica organizacional da ação massiva participativa, “[...] que misturou a ambição de massa da política populista com uma ênfase libertária na auto-organização e horizontalidade, inspirando a ‘organização líquida’ flexível e inclusiva [...]” (GERBAUDO, 2017, p. 64).

Entretanto, desde a construção do projeto, consideramos que faltou a Gerbaudo considerar mais o que Alonso e Mische (2017) definiram como repertório patriota – de certa forma, uma releitura “à direita” da ideologia populista. Gerbaudo (2017), efetivamente, percebe as nuances conservadoras e o caráter ambíguo de alguns dos protestos que analisa mais detidamente – o próprio Brasil em 2013, e o *NuitDebout* na França, em 2016. Mas, além de considerar que o veio principal dos protestos era progressista, ele não tinha, ainda, quando lançou a obra, em 2017, o distanciamento histórico que nós temos hoje a respeito das Jornadas de 2013 e os eventos

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; 192
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares
subsequentes no Brasil e no próprio mundo.

Finalmente, a análise de Lima e Hajime (2018) é interessante em seu esforço de criticar análises reducionistas acerca do sentido político-ideológico das Jornadas. Fazem isso não diretamente a partir da noção de repertórios de contestação, mas por meio da dialética hegeliana. Ela referenda nossa avaliação sobre a excessiva apologia de Junho contida nas análises baseadas na teoria da multidão. Mas se destaca, o que é a tônica do artigo, a crítica a apressadas pressuposições vindas de setores intelectuais mais alinhados ao campo popular – que, com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente, chefiava o governo nacional – e de quem fazia a defesa das instituições democráticas representativas.

De todo modo, a leitura da teoria da multidão sobre 2013 enfatiza a importância da diversidade dos sujeitos presentes nas Jornadas, justapostos nas ruas e convivendo em suas diferentes pautas e concepções políticas – por vezes profundas e irreconciliáveis. Alerta-nos que 2013 não parece guardar um sentido único. Por outro lado, a leitura de Gerbaudo (2017) e de Alonso e Mische (2017) demonstram os esforços para criar alguma unidade ou homogeneidade: Gerbaudo enfatiza a importância da ideia de “povo” e “popular”, estimulando e valorizando a presença de pessoas “comuns” e outrora despolitizadas nas ruas; Alonso e Mische demonstram que, no caso do Brasil, já durante as Jornadas, dois campos antagônicos vieram a se constituir, de certo modo organizando as identidades heterogêneas em duas vertentes, enquanto se anuncia a polarização política extrema dos anos seguintes – de um lado, um campo progressista mobilizado pelo repertório autonomista e socialista; de outro, um campo conservador mobilizado pelo repertório patriota.

Considerações finais

Podemos dizer que as duas últimas vertentes analisadas – repertórios de contestação e subjetivação política – são muito relevantes para a continuidade da pesquisa, em sua fase voltada ao ouvir pessoas que foram jovens ativistas e militantes nas Jornadas. Os repertórios são relevantes, tanto por permitirem conhecer as heranças de movimentos sociais progressos a 2013, quanto por sua capacidade de considerar aspectos estruturais e conjunturais, quando se analisa a efetividade de dado repertório em certo contexto social e político. Será muito relevante para a continuidade da pesquisa, considerar não apenas de que forma os repertórios de contestação estruturaram os protestos e ditaram a dinâmica dos eventos em 2013, mas como informaram as experiências de jovens ativistas e militantes e influenciaram suas interpretações sobre as Jornadas. Permitem ainda compreender a diversidade de sujeitos, pautas e motivações das Jornadas – que, em parte, foi uma

sobreposição de movimentos muito diferentes entre si – sem aludir meramente a uma multidão insondável e incompreensível.

A subjetivação política e a política como dissenso, em contrapartida, permitem manter em cena o caráter de “acontecimento” de 2013, por sua abertura a considerar nas análises aquilo que é contingente, inesperado e até mesmo irredutível às contextualizações; ou seja, permite compreender 2013 também como um “acontecimento”, cujas bases materiais, sociais e históricas podem ser até conhecidas, mas mantendo o caráter imprevisível e aberto do momento da sua explosão, difusão e consequências. O imprevisível, que leva multidões às ruas, compostas por sujeitos anônimos de trajetórias políticas pregressas as mais diversas, parece ter sido um momento de constituição de um sujeito político ou de sujeitos políticos, de caráter coletivo, que recriaram noções como “povo”, “população”, “classe trabalhadora” e “cidadãos e cidadãs” nas Jornadas – ainda que se possa considerar que subjetivações distintas entre si ocorreram, em suas interpretações diversas do popular. Finalmente, a subjetivação política pode deixar influências potentes nas trajetórias das pessoas que imergiram nas manifestações, como seus itinerários políticos, educacionais, profissionais e pessoais, em parte rompendo, em parte complementando os processos pregressos de socialização política.

Referências

ALONSO, Angela e MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/blar.12470>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho. **OSAL (Observatório Social de América Latina)**, v. XIV, n. 34, 2013, p. 37-49. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

ARANTES, Paulo. Depois de Junho a paz será total. In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.

BRAGA, Ruy. Os sentidos de junho. In: BRAGA, Rui. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017, cap. 9, p. 221-244.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **OSAL (Observatório Social de América Latina)**, v. XIV, n. 34, 2013, p. 51-61. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, pp. 377-403, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em 15 maio 2021.

Luís Antonio Groppo; Gislene da Silva; Guilherme Abraão Silva; Josefa Alexandrina da Silva; |94
Luiz Carlos Felizardo Júnior; Nikole Pereira Mendonça de Almeida; Sandro Amadeu Cerveira e
Vitória Neres Soares

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe. (org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CEI, Vitor; DANNER, Leno Francisco; OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; BORGES, David G. (org.). **O que resta das jornadas de junho**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. 309 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ENFRENTAMENTO, *Rev. Goiânia*, v. 8, n. 13, 2013, 58 p. Disponível em: <http://redelp.net/index.php/renf/article/view/364/341>. Acesso em 15 mar. 2023.

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**. Populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Pluralidade da representação da América Latina. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, pp. 73-90, 2014a. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100005>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A sociedade brasileira em movimento. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-444, 2014b. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. *Civitas*, Porto Alegre, v.15, n.3, p. 491-509, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.19476>

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JASPER, James J. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LIMA, Pedro Luiz; HAJIME, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das. *Leviathan* (São Paulo), São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2018. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2016.147255>.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, p. 37-45, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>

MAIA, Lucas. Para além dos protestos. *Enfrentamento*, v. 8, p. 38-51, jul. 2013. <http://redelp.net/index.php/renf/article/view/364/341>. Acesso em 15 mar. 2023

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. 1997, n. 5, p. 5-15. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a02.pdf>. Acesso

em 25 mar. 2023.

NASCIMENTO, Alexandre. Ações afirmativas e Jornadas de Junho: tudo a ver! In: CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe, (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014, p. 97-103.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum**, v. 19, n. 20, p. 15-26, 2004.

ORTELLADO, Pablo. Reflectionson The Free Fare Movement and Other. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 2, p. 110, 30 dez. 2013. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n2p110>

OSAL (Observatorio Social de América Latina), Dossiê “Brasil em movimento”, v. XIV, n. 34, p. 15-76, 2013. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

PARRA, Henrique Z.M. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. **Pensata**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 141-150, nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/680>. Acesso em 15 mar. 2023.

PENSATA, Rev., “Debates”, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 127-171, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/680>. Acesso em 15 mar. 2023.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientossocialesenelsiglo XXI**: perspectivas y herramientas analíticas. Buenos Aires: Clasco, 2018. 232 p. Contribuciones de Breno Bringel; prefacio de Boaventura De Sousa Santos.

PORTUGAL, Luisa. **Política e estética da política na obra de Jacques Ranciere**: duas narrativas sobre as manifestações de 2013. 2016.124 f. Dissertação. (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27320/27320.PDF>. Acesso em 12 maio 2023.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANFELICE, J. L. Vandalismo ou movimento social? As Jornadas de Junho (2013). **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, p. 4-14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13084>, aceso em 19 maio 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>

TOLEDO, Fabrício. Insubmissão: a Multidão formando sua inteligência. In: CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe, (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014, p. 37-50.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 10ª edição, Petrópolis: Vozes, 2012.

VIANA, Nildo. Manifestações populares e lutas de classes. **Enfrentamento**, Goiânia, v. 7, p. 26-37, jul. 2013.

Luís Antonio Groppo

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: luis.groppo@unifal-mg.edu.br

Gislene da Silva

Mestranda em Educação pela UNIFAL-MG, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento do
Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharela em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG. E-mail:
gislene.silva@sou.unifal-mg.edu.br

Guilherme Abraão Silva

Mestrando em Educação pela UNIFAL-MG, com bolsa da CAPES.
Bacharel em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG.
E-mail: guilherme.abraao@sou.unifal-mg.edu.br

Josefa Alexandrina da Silva

Pesquisadora bolsista pela FAPEMIG.
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: j.alexandrina@uol.com.br

Luiz Carlos Felizardo Júnior

Professor da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Campanha/MG.
Doutor em Educação e Culturas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: felizardojr@hotmail.com

Nikole Pereira Mendonça de Almeida

Pesquisadora bolsista pela FAPEMIG.
Mestra em Educação pela UNIFAL-MG.
E-mail: nikolealmeidalg@gmail.com

Sandro Amadeu Cerveira

Reitor da UNIFAL-MG.
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Email: sandro.cerveira@unifal-mg.edu.br

Vitória Neres Soares

Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. Estudante do Bacharelado em Ciências Sociais da
UNIFAL-MG. E-mail: vitoria.soares@sou.unifal-mg.edu.br

